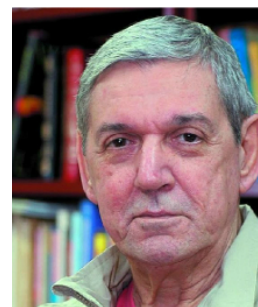


Um grande momento

Wanderley Guilherme dos Santos,
cientista político, RJ 18/02/2018



Contra uma reação desesperada não se blefa.

Inesperada conjugação de acasos facilitou a expulsão da centro-esquerda do circuito de poder na esteira do impedimento de Dilma Rousseff. Desde então o acaso virou trama, sem necessidade de consulta prévia, entre proprietários de meios de comunicação, facção de juízes em posições de poder, a escumalha do estamento político e seus patrocinadores financeiros. O viciante crack que os aglutina é conhecido: impedir o retorno à disputa pelo poder de representantes dos miseráveis, dos remediados e do heterogêneo conjunto anticolonial da sociedade. É desconhecida a extensão em que o sequestro das instituições ainda conta com apoio no enorme contingente do Judiciário e na silente corporação das forças armadas. Por ora, o Judiciário em geral e as corporações militares mantêm-se de acordo com o figurino, contidos pela disciplina hierárquica e obedientes às decisões dos que mandam.

Quando não há força para ocupar os prédios do sistema Globo converte-se em provocação juvenil a ameaça de tomar o Palácio de Inverno. A figura pública de Lula é indestrutível, mas o ser humano é vulnerável às ações do conservadorismo corrupto. O desespero reacionário decorre precisamente da incapacidade das arbitrariedades contra a pessoa física enfraquecerem a extraordinária potência do homem público. Erra quem reduz a mobilização política à defesa jurídica do cidadão. Prenderão Luiz Inácio, mas Lula continuará em caravana enlouquecendo a reação. Símbolos dispensam passaporte.

A fragilidade do conservadorismo radical é óbvia: não existe candidato capaz de, eleitoralmente, evitar o retorno popular à disputa pelo poder. Se a situação pessoal de Luiz Inácio é grave, a miséria política dos reacionários é desesperadora. Quem não tem nem plano A é a reação; as forças populares podem ter Plano A, B, C, D e tantos mais. Tolice ficar enredadas nas palavras de ordem criadas por elas mesmas; há uma dezena de estratégias político-eleitorais a serem utilizadas e a eleição não é fraude coisa alguma. É a oportunidade de demonstrar, legitimamente, que o poder atual resultou de um sequestro e, mais ainda, declarar que, onde for o caso, suas decisões devem ser reconsideradas à luz de consultas, referendos e plebiscitos.

A retomada da trajetória de progresso material, ascensão social e dignidade internacional ultrapassa o limitado vigor de coalizões estritamente parlamentares. Hora de convocar o poder militar nacional para a defesa das instituições civis, supervisão de recursos naturais estratégicos e para a formulação de projeto moderno de proteção territorial e marítima. Só na pauta colonizada é que as forças armadas estão alheias ao protagonismo de governos civis legítimos: França, Inglaterra, Estados Unidos, Suécia e Finlândia, nomeando uns poucos, não dispensam a participação militar nas decisões colegiadas que comprometam a segurança nacional, a utilização de seu patrimônio natural de recursos e a identidade do país. Evidentemente, os demais estamentos sociais esperam que o extrato proprietário de capital, terras, oficinas e escritórios de serviços traduzam o poder econômico em investimentos, criação de empregos, contribuindo para significativa elevação e equitativa distribuição da renda nacional. É de seu interesse de classe.

Garantido o calendário eleitoral e mantida a legislação constitucional, será a esquerda que, somada à centro-esquerda, ditará a última palavra neste processo, iniciado, para fins de registro, com a inacreditável sessão da Câmara dos Deputados, em Brasília, na tarde de 17 de abril de 2016.

Naquela oportunidade, e até anteontem, a ralé política e as arbitrariedades de todo tipo foram aplaudidas por emedebistas, demistas, tucanos e redondezas, de batedores de panela a professores universitários, agora arrependidos de esquelha. Com estes não cabe associação. Trairão os próprios ideais novamente. Restará aos oportunistas à esquerda a covardia conhecida desde o abandono de Getúlio Vargas, em 1954, e aos arbitrários conservadores o apelo a mais arbitrariedades. A conquista da legalidade e seu aproveitamento em benefício nacional é troféu ao alcance do voto e da determinação dos agora ignorados e dos novamente agredidos econômica, social e politicamente.

Fonte:

<http://www.frentepelasoberania.com.br/politica/um-grande-momento/>

